

ATA nº. 191. Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze às quatorze horas e trinta minutos nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, sala do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF deu-se início a reunião ordinário do Conselho Municipal de Saúde. A presidente do Conselho Suely Cristina Castro da Silva de Moraes deu início a reunião agradecendo a presença de todos e logo após fez leitura da ATA anterior para que todos tomassem conhecimento dos assuntos abordados. Logo em seguida a Srª Suely Castro falou das pautas da presente reunião, sendo a primeira pauta abordada “Situação de desenvolvimento dos Programas: PSE – Programa Saúde na Escola, PMAQ – Programa de Melhoria e Acesso a Atenção Básica e Rede Cegonha, onde a mesma enfatizou da importância da participação da coordenadora da Atenção Básica e que a mesma Srª Edilaine Aparecida Martins, por motivos pertinentes não pode comparecer a presente reunião, disse que sendo gestora destes programas no sistema, como responsável pelo Monitoramento e também de alguns relatos de usuários e trabalhadores do SUS, tais programas não vem sendo implementados de acordo com o pactuado. Relata também que o PSE este ano ainda não começou a ser executado e que a maioria das ações de capacitações e levantamentos de problemas de saúde não necessita de recursos financeiros para acontecer, porém os profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde vêm reclamando constantemente que as escolas dizem que necessitam dos atendimentos pós diagnósticos prévio e que não adianta fazer levantamentos de problemas de saúde nas escolas e não proporcionar tratamento, e dessa forma os profissionais do SUS se encontram desmotivados em realizarem as mesmas atividades todos os anos e não ter o respaldo na realização do tratamento especializado. Suely Cristina disse que essa situação não aconteceu apenas nessa gestão, que desde o início do Programa em (2011) as crianças não receberam alguns atendimentos especializados tais como oftalmologista e fonoaudiologista e que o Estado de Mato Grosso através da Regional tinha iniciado em processo para atender essas situações através do “Projeto Olhar Brasil” porém o que foi discutido na Regional não se efetivou prejudicando assim o desenvolvimento do PSE, pois é a especialidade médica mais necessária ao desenvolvimento do referido Programa. Ainda sobre o PSE alguns pais de alunos também requerem o direito ao tratamento especializados, bem como aqueles que a própria unidade de saúde pode proporcionar como: os alunos com sobrepeso, pressão arterial elevada e (hip) dingo, outros problemas possíveis de serem resolvidos no próprio município, com os profissionais existentes. Quanto ao Programa PMAQ o município necessita implementar de maneira adequada as ações pactuadas, bem como desenvolver uma boa sistemática de Planejamento, Monitoramento e avaliação para que o município consiga melhorar a avaliação extrema do Ministério da Saúde e assim recuperar e avançar no recebimento de recursos financeiros de repasse da União, uma vez que na última avaliação o recurso do PMAQ foi cortado pela metade. Referente a Rede Cegonha há necessidade urgente de implementação na sua totalidade das ações pactuadas. Suely lembrou que estes programas estão atrelados um ao outro, de forma que se um for mal avaliado, os demais também, e isso implica em cortes de recursos financeiros e também interfere no bom andamento do Programa Requalifica SUS, onde o município poderá não receber parcelas nas obras em andamento, bem como pleitear novas obras. Alguns conselheiros de saúde falaram das condições precárias no atendimento das unidades de saúde, principalmente no hospital municipal. Foi proposto pelos conselheiros presentes adoção de medidas urgentes para o bom funcionamento dos Programas abordados e que se apresente um Plano de Intervenção por programa no prazo de trinta dias (30). Alguns conselheiros fizeram relatos de que a maioria dos médicos não sabe entubar pacientes de urgência e que isso poderá acarretar prejuízos a vida humana e que tais informações se dão por próprios profissionais do

hospital e população em geral, que há necessidade de averiguar a procedência desses relatos se forem verídicos que a gestão providencie capacitações para estes médicos. Os conselheiros presentes, por unanimidade decidiram em convocar uma mesa redonda com os conselheiros, prefeito, secretário de saúde, secretário de administração, secretário de planejamento e um representante do legislativo, sendo que a Srª Suely C. Castro se responsabilizará em convocar a reunião. Suely Cristina Castro disse que muitas das questões que envolvem recursos financeiros o Secretário de Saúde fica na dependência e limitado em resolver, uma vez que depende da Secretaria de Administração e Finanças, que muitas das vezes a liberação de recursos não acontece em tempo para sanar os problemas apontados. Sobre o assunto abordado os conselheiros de saúde por unanimidade decidiram que na reunião com as autoridades será requerida a autonomia financeira da saúde e que a secretaria de saúde tenha contabilidade própria e exclusiva, os conselheiros lembraram que essa independência financeira já fora aprovada pelo Conselho anteriormente, porém o executivo, até a presente data não se posicionou favoravelmente. Os conselheiros disseram da dificuldade da aprovação do Relatório Anual de Gestão, pois a linguagem contábil é muito complexa e de difícil entendimento e que as prestações de contas trimestrais não são enviadas ao Conselho inviabilizando assim a análise do montante total de uma única vez. O conselheiro Maiquel Delano falou da necessidade de assessoria jurídica para o Conselho de Saúde e que fosse solicitada assessoria à OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. O segundo assunto da pauta foi a Constituição de Comissão para análise das planilhas que o Secretário de Saúde encaminhou ao Conselho referente ao custo/benefício em se manter as viagens dos usuários para Cuiabá e Rondonópolis com serviço próprio ou serviço terceirizado. Os conselheiros Gerson Rodrigues, Pedro Soares, Mauro José, Isaías Gomes, Alderi Moraes e Mirna Monte se reunirão para analisar as planilhas no dia vinte e quatro de novembro do correspondente ano (24-11-2015) às quatorze horas (14:00h) nas dependências da Secretaria de Saúde, sala do NASF. O conselheiro de saúde Pedro Soares Neto solicitou que o Conselho de Saúde requeira do Secretário de Saúde Srº Edinaldo Fernando de Souza o relatório de apontamentos de irregularidades do SAMU de Jaciara, relatório este emitido por órgão externo. A conselheira Suely Castro falou que conversou com o secretário de saúde Edinaldo sobre a denúncia de que alguns profissionais da área da enfermagem estariam vendendo seus plantões e que o secretário disse que chegou ao seu conhecimento tal denúncia de dois profissionais e que estes já foram devidamente notificados e que não soube de nenhuma outra ocorrência dessa natureza e que o Conselho se sinta a vontade em investigar e que se houver mais casos que repasse a ele para as devidas providências. Outros informes como a audiência pública realizada em Jaciara, onde esteve presente o Secretário de Estado de Saúde Sr. Eduardo Bermudez, que se responsabilizou em viabilizar um recurso financeiro mensal para custeio do Hospital Municipal de Jaciara, pois o mesmo é referência para os municípios da microrregião. O conselheiro Pedro Soares falou da participação dos delegados eleitos na sétima Conferência Municipal de Saúde para representarem na oitava Conferência Estadual de Saúde, disseram que os nobres delegados conseguiram inserir, juntamente com os outros delegados da Região Sul (3) três propostas da região para a Conferência Nacional; também (40) quarenta sugestões. Disse ainda que o Estado de Mato Grosso contará com representação de (64) sessenta e quatro delegados na Conferência Nacional, sendo que destes (32) trinta e dois são usuários do SUS e deste total (04) quatro são da região sul. A presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e não havendo mais assunto das pautas estabelecidas para a presente reunião dou por encerrada a reunião e a ATA vai por mim assinada e pelos demais presentes. Suely C. Castro da S. de Moraes

